

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

**José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci:
a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)**

**José Carlos Mariátegui and Antonio Gramsci: the interpretation of the fascist
ascension process (1921-1922)**

**Jose Carlos Mariátegui et Antonio Gramsci : l'interprétation du processus de
l'ascension du fascisme (1921-1922)**

**José Carlos Mariátegui y Antonio Gramsci: la interpretación del proceso de
ascensión fascista (1921-1922)**

Gilberto Calil
UNIOESTE
gilbertocalil@uol.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir as interpretações que foram produzidas pelos intelectuais e militantes marxistas José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci sobre a ascensão do fascismo. A análise enfatizará especialmente os artigos produzidos nos anos de 1921 e 1922, anterior à chegada do fascismo ao governo italiano.

Palavras-Chave: José Carlos Mariátegui; Antonio Gramsci; Fascismo.

Abstract: The aim of this article is to discuss the interpretations about the rise of fascism that were produced by the intellectuals and Marxist militants José Carlos Mariátegui and Antonio Gramsci. The analysis will emphasize especially their articles produced in the years of 1921 and 1922, before the arrival of fascism to the Italian government.

Keywords: José Carlos Mariátegui; Antonio Gramsci; Fascismo.

Résumé: L'objectif de cet article est de discuter des interprétations qui ont été produites par les intellectuels et militants marxistes Jose Carlos Mariátegui et Antonio Gramsci sur l'émergence du fascisme. L'analyse mettra particulièrement l'accent sur les articles qu'ils ont produit dans les années 1921 et 1922, avant l'arrivée du fascisme au gouvernement italien.

Mots-clés: Jose Carlos Mariátegui; Antonio Gramsci, le Fascisme.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar las interpretaciones producidas por los intelectuales y militantes marxistas José Carlos Mariátegui y Antonio Gramsci sobre el ascenso del fascismo. El análisis enfatizará especialmente los artículos producidos en los años 1921 y 1922, antes de la llegada del fascismo al gobierno italiano.

Palabras-Clave: José Carlos Mariátegui; Antonio Gramsci; Fascismo.

O objetivo deste artigo é discutir comparativamente as interpretações que foram produzidas pelos intelectuais e militantes marxistas José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci sobre a ascensão do fascismo, em especial no biênio que precede sua chegada ao governo italiano (1921-1922).

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

As trajetórias de Gramsci e Mariátegui têm diversos elementos em comum, como a busca de um marxismo vivo, que rompesse com os esquematismos e transposições mecânicas e o enfrentamento de inúmeras dificuldades pessoais ao longo da vida, bem como uma morte prematura. Além disto, os textos produzidos por ambos no início da década de 1920 são comumente considerados pelos intérpretes destes autores como menos relevantes do que sua produção posterior, quando não desqualificados como textos “juvenis”. No caso de Gramsci, isto se dá através da sua contraposição aos Cadernos do Cárcere, elaborações de maior fôlego e escritas fora do “calor do momento”, ao contrário de sua produção jornalística pré-cárcere. Quanto a Mariátegui, o período de sua estadia italiana é usualmente tratado como de “aprendizado”, como um interregno que separa sua produção juvenil marcadamente romântica de sua análise posterior solidamente marxista, diminuindo-se assim a importância de sua produção deste momento.

A diferença fundamental é o ponto de vista no qual situavam-se ambos. Gramsci integrava o núcleo do jornal *L'Ordine Nuovo* e era um dos principais dirigentes políticos do Partido Comunista Italiano, fundado em janeiro de 1921 a partir de uma ruptura com o Partido Socialista Italiano (PSI). Seus textos, portanto, expressam a responsabilidade de um dirigente político e a preocupação de um militante que incidia diretamente na realidade. Mariátegui, por sua vez, remetia seus textos ao Peru, os quais eram publicados muitas vezes meses depois e recebidos por um público menos informado e distante dos acontecimentos. Apesar disto, nossa hipótese é que é possível encontrar inúmeros elementos em comum em ambas interpretações, e que, mais do que isto, elas indicam um mesmo sentido geral de análise, que foi capaz de identificar precocemente a novidade histórica representada pelo fascismo e a intensidade da ameaça que representava, da mesma forma que estavam convencidos que apenas a revolução socialista poderia definitivamente derrotar o fascismo.

Antonio Gramsci nasceu em Ales, na Sardenha, em 1891. Em 1911, concluídos os estudos secundários, partiu para Turim, onde iniciou seus estudos em linguística e, três anos depois, ingressou no PSI. Em 1919 participou da fundação do jornal *L'Ordine Nuovo*, de onde apoiou as ocupações de fábrica e criticou intensamente a omissão do PSI

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

e sua posição conciliadora. Em janeiro de 1921, participou da fundação do Partido Comunista Italiano, já como um de seus mais destacados dirigentes¹.

Em sua reflexão, a análise da oportunidade revolucionária perdida e consequente derrota da classe trabalhadora e da ascensão do fascismo são inseparáveis, indicando reiteradamente a relação direta entre ambos os processos. Sua produção no período, desenvolveu-se essencialmente através de artigos escritos para o *L'Ordine Nuovo*, assinados ou não, afora alguns informes ao partido. Na época, recusou-se a reunir tais textos jornalísticos para publicação em livro, considerando-os como efêmeros, o que é reiteradamente lembrado pelos que propõem a diminuição de sua relevância, uma posição que entendemos como injustificada.

José Carlos Mariátegui nasceu em Moquegua, no sul do Peru, em 1894. Trabalhou como linotipista desde 1909 e dois anos depois passou à condição de cronista e jornalista². Seus textos juvenis foram marcados por uma visão marcadamente romântica, que seria considerada por ele próprio como “a idade da pedra de meu pensamento” (Alimonda, 1986: 27). Ainda assim, a crescente preocupação social e apoio a movimentos reivindicativos dos trabalhadores ensejaram crescente perseguição por parte do regime autoritário vigente, culminando em sua saída do país em outubro de 1919, em condições atípicas, pois recebeu do governo que o perseguia uma modesta bolsa e a condição de adido jornalístico do país na Itália.

Mariátegui permaneceu na Itália entre dezembro de 1919 e maio de 1922, e lá tomou contato com as ocupações de fábrica, assistiu a ascensão do fascismo, aprofundou suas leituras marxistas e refinou seu instrumental para a interpretação da realidade social. É certamente um período de grande aprendizado, mas entendemos que não se reduz a isto, pois sustentamos que a interpretação que lá produziu tem valor intrínseco. A “experiência europeia” não foi mero *interregno*, nem prolongamento de seu período *juvenil*, como sustentam vários autores, mas um período de intensa produção, expressa nos inúmeros artigos por ele enviados do exílio³. Tal aprendizagem não se dá de forma imediata ou

¹ Em relação a biografia de Gramsci, ver D’Orsi (2018) e Fiori (2003).

² Sobre sua trajetória, ver a bela biografia ilustrada de Thíssen, 2017.

³ De acordo com Luiz Bernardo Pericás, *Ele enviará ao Peru, em seu período italiano, 46 textos (que demorarão, devido à distância, de três a quatro meses para chegar ao seu país)*. Pericás, 2010: 34. Por esta razão, a data da publicação não coincide com a produção de cada artigo. Tendo em vista a impossibilidade

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

automática, e sim processual, o que ressalta a importância de avaliar em termos genéticos o desenvolvimento de sua reflexão. É a partir deste pressuposto que buscaremos discutir sua produção *italiana* (com algumas referências a textos produzidos depois de seu retorno ao Peru nos quais retoma a análise do fascismo). Na Itália, Mariátegui observou de um ponto privilegiado o acirramento da crise do liberalismo.

As primeiras aproximações

O primeiro artigo de Gramsci em que analisa o fascismo de forma específica é do final de 1920, quando propunha pensá-lo como fenômeno internacional, ligado à crise do liberalismo e como expressão da resposta capitalista ao avanço da Revolução.

«O fenômeno do “fascismo” não é apenas italiano, assim como não é apenas italiana a formação do Partido Comunista. O “fascismo” é a fase preparatória da restauração do Estado, ou seja, de uma intensificação da reação capitalista, de um aguçamento da luta capitalista contra as exigências mais vitais da classe proprietária. O fascismo é a ilegalidade da violência capitalista, enquanto a restauração do Estado é a legalização dessa violência: é uma conhecida lei histórica a de que o costume precede a lei. O fascismo italiano incendiou o *Avanti!* De Milão e de Roma, o *Proletário* de Pola e o *Lavoratore* de Trieste, sem que nenhum fascista tenha sido punido: o Estado restaurado não mais incendiará jornais, mas os suprimirá “legalmente”» (Gramsci, 2004a: 429).

Já então aparecia uma questão que permearia toda sua interpretação: a cumplicidade dos liberais e das instituições do Estado liberal com o fascismo. Esta compreensão inclusive ensejava uma visão que, sem negar os elementos de inovação histórica do fascismo, enfatizava a articulação entre a violência “legal” executada pelo Estado e a violência ilegal e privada promovida pelo fascismo. Nesta perspectiva, acreditava em uma espécie de “estatização” do fascismo, ou, dito de outra forma, na apropriação dos métodos repressivos do fascismo pelo Estado, como havia assinalado meses antes ao registrar o retorno de Giovanni Giolitti⁴ ao poder “Giolitti no poder representará essencialmente o estreito espírito de terror e vingança que caracteriza a pequena burguesia no momento atual”⁵. As contradições do Estado liberal e a

de indicar com exatidão a data de produção, optamos por indicar apenas o mês da publicação no Peru de cada artigo.

⁴ Giovanni Giolitti (1842-1928) foi primeiro-ministro da Itália em cinco oportunidades, sendo a última delas entre junho de 1920 e julho de 1921. Seu perfil político o situa no campo do liberalismo conservador.

⁵ Esta e todas as demais referências em outros idiomas foram traduzidas por nós.

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

cumplicidade de seus funcionários deixavam o fascismo livre para atacar o governo e suas instituições, sem ter uma resposta à altura:

«O fascismo é a expressão desta corrupção dos poderes estatais. D'Annunzio luta contra Giolitti porque existe o fascismo bolonhês, milanês, turinês, florentino, etcetera; Giolitti é impotente⁶ contra D'Annunzio porque em Bolonha, em Milão, em Turim, em Florença, seus funcionários apoiam ao fascismo, armam aos fascistas, se confundem com os fascistas; porque em todos estes centros o fascismo se confunde com a hierarquia militar; porque em todos estes centros o poder judicial deixa o fascismo impune. O fascismo, como fenômeno nacional, não pode fundar um Estado próprio, não pode se organizar como poder central, porque já se confunde com um Estado, porque encontra já sua centralização no atual governo Giolitti» (Gramsci, 1979: 66).

As primeiras avaliações de Mariátegui sobre o fascismo estavam marcadas por uma perspectiva romântica, chegando a expressar uma visão positiva de D'Annunzio⁷. Ainda no Peru, em 1915 afirmava que “D'Annunzio busca hoje a emoção da vida de soldado, quer se embriagar com o aroma da pólvora e o sangue se aturdir com a orquestração terrível do combate. E se fez soldado” (Mariátegui, 2007: 20). E ainda, que ele teria “escutado às pulsações de seu povo sentido seus anseios de redenção” (Mariátegui, 2007: 20-21).

Ao longo de 1921, sua visão mudaria drasticamente. No início daquele ano, ainda mantinha uma visão positiva do texto que D'Annunzio pretendia impor como Constituição ao Fiume, considerando que “vale mais que as Constituições emanadas de assembleias dantonianas. Tem pelo menos o mérito de ser uma bela obra poética” (Mariátegui, 2010: 97), e via na estrutura corporativa o “estabelecimento de direitos” e a “valorização do trabalho”. Impressionado com os elementos ecléticos e inovadores do texto, Mariátegui não percebia as implicações das formas de controle impostas sobre os trabalhadores. No entanto, poucos meses depois, em artigo publicado em julho de 1921, Mariátegui modificava seu juízo e criticava a ocupação do Fiume: “A aventura de D'Annunzio por exemplo, desnudada de seus atributos líricos, é uma aventura de mentalidade intimamente reacionária e militarista” (Mariátegui, 1989: 143). Foi, efetivamente, no decorrer de 1921 que Mariátegui consolidou sua interpretação sobre o

⁶ No livro, ao invés de “impotente” está grafado “importante”, mas trata-se de evidente erro de tradução.

⁷ Poeta, dramaturgo italiano e ardente defensor da participação italiana na I Guerra Mundial, Gabriele D'Annunzio é considerado um precursor do fascismo, tendo promovido uma postura agressiva e voluntarista ao liderar a ocupação do Fiume, entre setembro de 1919 e dezembro de 1920.

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

fascismo. O artigo “Cenas de Guerra Civil”, publicado no Peru em junho daquele ano, expressa um grande avanço interpretativo, impulsionado pelo esforço consciente por ir além das aparências. Avaliando o fascismo como seqüela espiritual da aventura de D’Annunzio, Mariátegui propunha uma caracterização mais consistente: “Hoje, o ‘fascismo’ é uma milícia civil antirrevolucionária. Já não representa somente o sentimento da vitória. Já não é exclusivamente um prolongamento do ardor bélico de guerra. Agora, significa uma ofensiva das classes burguesas contra a ascensão das classes proletárias” (Mariátegui, 2010: 148).

No mês seguinte, já sem nenhum encanto pelo “aroma da pólvora”, Mariátegui assumia posição antimilitarista, denunciando “a natureza reacionária da guerra” (Mariátegui, 1989: 145) e as consequências antirrevolucionárias que teria produzido em quase todo o continente, inclusive polemizando com a interpretação que afirmava que a Revolução Russa seria um “efeito da guerra”, considerando-a, ao contrário, um protesto contra a guerra: “tudo o que tiver alento revolucionário, finalidade revolucionária, virá como uma condenação da guerra” (Mariátegui, 1989: 145). De forma mais ampla, naquele momento já assumia claramente uma perspectiva marxista de análise da realidade:

«O poder político é uma consequência do poder econômico. (...) O estudo das raízes da decadência do regime democrático [mostra que] a forma democrática deixou, gradualmente, de corresponder à nova estrutura econômica da sociedade. O Estado demoliberal-burguês foi um efeito da ascensão da burguesia à posição de classe dominante. Constituiu uma consequência da ação de forças econômicas e produtoras que não podiam desenvolver-se dentro dos rígidos diques de uma sociedade governada pela aristocracia e pela Igreja. Agora, o novo jogo das forças econômicas reclama uma nova organização política» (Mariátegui apud Escorsim, 2006: 84).

Assim, em meados de 1921, tanto Gramsci como Mariátegui identificavam o caráter reacionário do fascismo e o entendiam como expressão da ofensiva burguesa. Esta compreensão se manteria como eixo articulador de suas interpretações durante o processo de ascensão do fascismo.

A derrota das ocupações de fábricas na origem do fascismo

Durante o processo de ocupação de fábricas no Piemonte, em abril de 1920, Gramsci investiu fortemente na possibilidade de que se convertessem em um processo revolucionário, compreendendo que o Estado liberal italiano se encontrava em crise

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

terminal, e com base nisso denunciou a política conciliatória e reformista do PSI. Em janeiro de 1920, após a derrota das greves dos trabalhadores dos correios e telefonia e dos rodoviários de Turim, denunciava que “enquanto o Estado sofria uma crise política gravíssima, enquanto a burguesia armada e cheia de ódio poderia iniciar uma ofensiva contra a classe operária, enquanto se esboçava o golpe militar, os centros operários revolucionários foram abandonados a si mesmo, sem nenhuma palavra de ordem geral (Gramsci, 2004a: 322). Sua avaliação entendia que a derrota das ocupações de fábrica foi um elemento determinante do processo de ascensão do fascismo que se seguiu. Em maio de 1920, indicava que a derrota da Revolução abriria espaço para uma escalada reacionária e repressiva:

«A fase atual da luta de classes na Itália é a fase que precede ou a conquista do poder político pelo proletariado revolucionário, com a passagem para novos modos de produção e distribuição que permitam uma retomada da produtividade, ou uma tremenda reação por parte da classe proprietária e da casta governamental. Nenhuma violência será poupada no esforço para subjugar o proletariado industrial e agrícola a um trabalho servil» (Gramsci, 2004a: 355).

Em novembro de 1922, quando Mussolini assumia como primeiro-ministro, Gramsci retomava e ampliava esta leitura:

«O Partido Socialista deveria ter dominado a situação, mas não foi capaz de fazê-lo. (...) Em março de 1920, as classes proprietárias começaram a organizar a contra-ofensiva.(...) Nos primeiros dias de abril, a organização obtinha seu primeiro sucesso político: o Partido Socialista declarava anarquista e irresponsável a grande greve do Piemonte, que eclodira para defender os comitês de fábrica e para conquistar o controle operário sobre a indústria. O PSI ameaçava dissolver a sessão de Turim, que dirigira esta greve. Em 15 de junho, Giolitti formava seu ministério de compromisso com o Estado-Maior, representado por Bonomi, ministro da Guerra. Um trabalho febril de organização contra-revolucionária teve então início. (...) O governo Giolitti fez enormes esforços para aproximar a Confederação da Indústria e as associações rurais, particularmente as da Itália central e setentrional. Foi então que apareceram os primeiros esquadrões armados do fascismo e que se produziram os primeiros episódios terroristas. Mas a ocupação das fábricas pelos operários metalúrgicos teve lugar num momento em que todo este trabalho ainda estava em preparação; o governo Giolitti foi forçado assim a tomar uma atitude conciliadora e a recorrer não tanto a uma intervenção cirúrgica, mas a um tratamento homeopático» (Gramsci, 2004a: 124-6).

Gramsci compreende aqui que foi decisiva a capacidade de cooptação de Giolitti, que conseguiu dividir os trabalhadores e esvaziar a greve, tendo inclusive enviado ao Parlamento, um projeto de lei para um suposto “controle operário” das produção,

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

considerado por Gramsci “apenas um instrumento de agitação e propaganda” (*Idem*, 40). Esta capacidade de cooptação, com a contribuição do PSI, teria sido decisiva para a divisão e derrota dos trabalhadores. Neste ponto, a análise de Mariátegui era bastante semelhante, problematizando a correlação de forças e os constrangimentos impostos aos governos liberais pela ação da classe trabalhadora, que os forçavam a negociar enquanto reconstruíam as condições para uma ampla repressão. Discutindo a fragilidade do governo Giolitti, em artigo publicado em março de 1921, Mariátegui compreendia que para que pudesse desarmar a revolução em curso, ele necessitava contrariar os interesses da burguesia italiana no curto prazo, estabelecendo concessões momentâneas:

«Como Nitti, Giolitti está impossibilitado de desenvolver uma política reacionária. (...) A situação política da Itália não o permite. Seu governo tem, portanto, de deixar descontente a uma boa parte das classes conservadoras, principalmente aquela que, verbi gratia, considera terrivelmente injusto que o Estado taxe demasiadamente a fortuna das pessoas ricas. E que exige uma política pretória contra os socialistas. As concessões ao socialismo são inevitáveis tanto dentro de um governo de Giolitti como dentro de um governo de Nitti» (Mariátegui, 2010: 102).

Esta interpretação foi retomada em um texto produzido e publicado no Peru em 1928, quando Mariátegui afirmou expressamente que “a resistência do governo à reivindicação operária do controle das fábricas provavelmente teria provocado a revolução” (Mariátegui, 2010: 282). A mesma linha de interpretação era usada para compreender o governo de Nitti⁸ – que antecedeu Giolitti: “Nitti governou a Itália numa época agitada e nervosa, de tempestade revolucionária e de ofensiva socialista. (...) A Itália parecia madura para a Revolução. (...) Com olhar atento e hábil, compreendeu que opor à revolução um dique granítico era provocar, talvez, uma insurreição violenta”. Foi a opção de Nitti pela conciliação que “salvou a burguesia italiana dos assaltos da revolução” (Mariátegui, 2010: 228-9). De forma ainda mais explícita, em outro artigo publicado em 1925, interpretou a ascensão do fascismo como consequência da derrota da revolução: “O fascismo italiano representa, plenamente, a anti-revolução ou, como se prefira chamá-la, a contra-revolução. A ofensiva fascista se explica e se realiza na Itália como consequência de uma retirada ou de uma derrota revolucionária” (Mariátegui, 2010: 317).

⁸ Francesco Saverio Nitti (1868-1953) foi primeiro-ministro da Itália entre junho de 1919 e junho de 1920, de perfil liberal e centrista.

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

Explicita-se, assim, que a análise da correlação de forças, que está no núcleo do conceito gramsciano de hegemonia⁹, permeava a análise de ambos os autores, da mesma forma que o estabelecimento de uma relação direta entre a derrota das ocupações de fábrica e a ascensão do fascismo que se seguiu a ela.

A crítica aos socialistas reformistas

A fundação do Partido Comunista, em janeiro de 1921, consolidou a ruptura de Gramsci e da ala esquerda com o PSI. Enquanto em 1920 suas críticas ao PSI clamavam pela sua renovação, considerando que “o Partido Socialista não está mais à altura de si mesmo e de sua missão” (Gramsci, 2004a: 321), em 1921 seus escritos tratavam de apontar suas responsabilidades.

Neste sentido, a política dos socialistas em 1921, minimizando a importância da ascensão fascista e desenvolvendo uma política de apaziguamento, seria o desdobramento de sua posição contra a radicalização das greves no ano anterior. Esta política de apaziguamento atingiu seu ápice em 3 de agosto de 1921, quando, através do Pacto de Roma, socialistas e fascistas acordaram “a imediata cessação de ‘ameaças, vias de fato, represálias, punições, vinganças, pressões e violências pessoais’ entre os militantes socialistas e fascistas, bem como o respeito recíproco aos símbolos dos dois partidos” (Apud Gramsci, 2004b: 447). Gramsci considerou absurda a perspectiva de um acordo com os fascistas, qualificando o pacto como “orientação cega e politicamente desastrosa” (Gramsci, 2004b: 91). Da mesma forma, entendia que a busca por acordos com setores tidos como “democráticos” da classe dominante estaria levando o PSI a abdicar da autonomia política e organizativa dos trabalhadores, fragilizando-os. Apontando que os dirigentes políticos e sindicais do socialismo “aproveitam-se da ocasião para concluir que é preciso colaborar com ‘as forças não rigidamente revolucionárias e classistas que são contrárias ao golpe de Estado’”, Gramsci recuperava as recentes experiências alemã e húngara. Na Alemanha de março de 1920, “os ‘colaboradores não rigidamente revolucionários’, que em nada haviam contribuído para a resistência, opuseram-se à continuação do movimento insurrecional”, impondo um recuo que tornou possível que

⁹ Compreendemos, com Dias (2000), que o núcleo do conceito de hegemonia está presente já nos textos publicados por Gramsci no *biênio negro* (1919-1920) e, como argumentamos aqui, desenvolve-se no biênio seguinte na análise da ascensão do fascismo.

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

“as forças reacionárias não fossem reprimidas, que pudessem recuar em ordem, dispersar-se segundo um plano preestabelecido e retomar o trabalho de armamento, de recrutamento, de organização, que hoje dá a Kapp e Lüttwitz uma maior probabilidade de êxito” (*Idem*: 78-9). No caso húngaro, aponta que os socialistas foram cúmplices da repressão aos comunistas, mas que “uma vez derrotados os comunistas, os compromissos e acordos são ignorados e também os socialistas experimentam a força e o fuzilamento”. Desta forma, concluía que a política seguida pelos socialistas agravaria o “risco de [a Itália] ser arrastada num caos de barbárie sem precedentes na história de nosso país (*Idem*: 79).

A angústia de Gramsci em relação às devastadoras consequências da política conciliatória dos socialistas era agravada pelo fato de que estes dirigiam a Confederazione Generale del Lavoro (CGdL), principal central sindical italiana. Em março de 1921, após a realização do Congresso da CGdL, Gramsci lamentava a opção das lideranças sindicais pelo não enfrentamento à ameaça fascista, denunciando que “a única preocupação da maioria congressual foi a de salvaguardar e garantir a posição e o poder político dos atuais dirigentes sindicais, de garantir a posição e o poder (poder impotente!) do Partido Socialista” (*Idem*: 41). Com isto, o avanço fascista seguia sem resistências efetivas: “o terreno da luta rapidamente se tornou trágico: incêndios, tiroteios, rajadas de metralhadoras, dezenas e dezenas de mortos” (*Idem*: 41). Seu retrato da burocracia sindical era duro e amargo:

«Esses homens não vivem mais para a luta de classes, não sentem mais as mesmas paixões, os mesmos desejos, as mesmas esperanças vividas pelas massas: entre eles e as massas se criou um abismo insuperável. O único contato entre eles e as massas é o registro das contribuições e o fichamento dos filiados. Esses homens já não veem o inimigo na burguesia, mas nos comunistas: têm medo da concorrência, são líderes que se tornam banqueiros de homens em regime de monopólio» (*Idem*: 41).

Burocratizados, os sindicalistas socialistas já não mais exerciam liderança sobre os trabalhadores, pois “as massas não mais obedecem aos líderes que as abandonaram covardemente no momento do perigo e dos massacres” (*Idem*: 72), e assim igualmente deixavam de ser úteis às classes dominantes, pois “os líderes sindicais só são respeitados na medida em que se crê que eles gozam de confiança das grandes massas trabalhadoras, na medida em que possam evitar greves e convencer os operários a aceitar resignadamente

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

a exploração e a opressão do capitalismo” (*Idem*: 73). Por esta razão, Gramsci entendia que esta era uma política suicida.

Mariátegui, por sua vez, inicialmente relatou a polêmica entre socialistas e comunistas de forma mais descritiva, mas em um segundo momento passou a assumir uma posição clara. Em artigo publicado no Peru em julho de 1920, denominado “As forças socialistas italianas”, Mariátegui descrevia com detalhes as posições dos diferentes grupos, visando “informar ao público peruano, de forma global e sumária, sobre a história, a organização e as orientações dessas forças socialistas” (Mariátegui, 2010: 63). Apresentava principal razão da divisão a questão da Revolução:

«No fundo, os termos da discrepância são os seguintes: uma ala do Partido Socialista não crê na possibilidade da revolução imediata. Mais ainda: não crê na capacidade atual do proletariado para assumir o poder. (...) No entanto, a ala extremista do Partido Socialista crê na possibilidade da revolução. Julga necessário que a ação do Partido se reduza a organizá-la, a precipitá-la» (Mariátegui, 2010: 69-70).

Em junho de 1921, já consolidada a ruptura e criação do PCI, era publicado no Peru o artigo “O Cisma do Socialismo”, que já avançava em uma interpretação sobre a cisão entre reformistas e revolucionários. Mariátegui defendia que a despeito das aparências (dado que ambos os grupos reivindicam vinculação à III Internacional Comunista), não existiam duas organizações revolucionárias na Itália: “Em verdade, não existe senão um partido efetivamente maximalista: o partido de Bombacci, de Bordiga, de Graziadei, que se separou do partido oficial no Congresso de Livorno porque a maioria do socialismo oficial queria subscrever o programa de Moscou com várias reservas escritas e demasiadamente intelectuais”. (Mariátegui, 2010: 115-116). Por que, então o PS italiano reformista não preferiu se vincular à Internacional Socialista, junto aos demais partidos reformistas? Mariátegui avaliava “que os socialistas direitistas e centristas italianos parecem mais à esquerda que os direitistas e centristas de outros partidos socialistas europeus, porque a Itália se acha num período revolucionário mais avançado”, e endossava a postura dos comunistas em criarem um novo partido, considerando que a ruptura “inevitável e necessária”. (*Idem*: 117). Em uma conferência ministrada logo após seu retorno ao Peru, em 1923, reafirmava seu entendimento “Eu participo da opinião dos que crêem que a humanidade vive um período revolucionário. E estou convencido do

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

ocaso próximo das teses social-democráticas, de todas as teses reformistas, de todas as teses evolucionistas” (Mariátegui, 1964: 22).

Comparativamente, é nítido que Gramsci se detém mais na crítica e denúncia da política dos socialistas reformistas, o que é compreensível pela sua condição de dirigente e pelo papel que desempenhava buscando a organização dos trabalhadores para a resistência ao fascismo. Ainda assim, o conteúdo da crítica produzida por Mariátegui é bastante semelhante à crítica gramsciana, especialmente a partir de meados de 1921, quando consolidou sua visão crítica ao reformismo.

O fascismo como tropa de choque

Em janeiro de 1921, Gramsci observava o fenômeno então novo da realização de grandes manifestações reacionárias nas ruas, e o relacionava à “perda de importância da pequena burguesia”, “afastada de qualquer função vital no terreno da produção” e que tentando reagir a este processo “busca de todos os modos conservar uma posição de iniciativa histórica: ela macaqueia a classe operária, também faz manifestações de rua” (Gramsci, 2004b: 31). Dois meses depois, apontava o caráter internacional do fascismo, entendendo-o como movimento estruturado em torno da mobilização de massas pequeno burguesas, como tropas de choque para a imposição da repressão aos trabalhadores:

«O que é o fascismo, visto em escala internacional? É a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadoras e de tiros de pistola. (...) Criou-se uma unidade e simultaneidade de crises nacionais, que fazem com que a crise geral seja extremamente aguda e incontornável. Mas existe em todos os países um estrato da população – a pequena e média burguesia – que considera ser possível resolver estes gigantescos problemas com metralhadoras e pistolas. É este estrato que alimenta o fascismo, que fornece seus efetivos» (*Idem*: 46-7).

Vinte meses antes da Marcha sobre Roma, Gramsci já percebia a pequena burguesia como tropa de choque do fascismo, subordinada subjetiva e objetivamente ao grande capital, por mais que disfarçasse esta subordinação com tiros de pistola ou proclamações pretensamente “contra a ordem”: “A pequena burguesia, mesmo nesta sua última encarnação política que é o ‘fascismo’, revelou definitivamente sua verdadeira natureza de serva do capitalismo e da propriedade agrária, de agente da

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

contrarrevolução”, inclusive exercendo crescentemente a violência privada, “de modo caótico e brutal” (*Idem*: p. 34).

Ao longo de 1921, a interpretação de Mariátegui sobre o fascismo passou a considerar de forma articulada sua relação com a burguesia, seu caráter contrarrevolucionário, sua constituição político-militar e a omissão e cumplicidade dos liberais. Em artigo publicado em novembro daquele ano no Peru, partindo da caracterização do fascismo como força contrarrevolucionária, Mariátegui o qualificava como “instrumento de guerra”, constituído para intervenção em um contexto de acirramento da luta de classes: “O ‘fascismo’ podia vencer na guerra; não podia vencer na paz. O ‘fascismo’ não é um partido; é um exército. É um exército contrarrevolucionário, mobilizado contra a revolução proletária” (Mariátegui, 2010: 179). Esta consideração inclusive levaria Mariátegui à previsão de que o fascismo tenderia a perder força, quando a situação se estabilizasse: “A ditadura de Mussolini, estrondosa, retórica, olímpica e d’anunziana em suas origens, como convém nesta época tempestuosa, acabará por contentar-se com as modestas proporções de uma ditadura burocrática. Perderá pouco a pouco sua ênfase heróica e seu sotaque épico” (Mariátegui, 2010: 202). Esta previsão não se confirmou inteiramente, mas ainda que o regime fascista não tenha se reduzido a uma ditadura burocrática, não é inteiramente descabida quando consideramos que a consolidação do regime fascista implicou em subordinação e enquadramento do movimento fascista na dinâmica estatal, inclusive com estatização da repressão política antes imposta de forma “privada” pelas milícias fascistas.

Liberalismo e fascismo

O caráter de tropa de choque assumido pelas milícias fascistas expressou-se ao longo de 1921 e 1922 em uma escalada de atentados, incluindo assassinatos de militantes de esquerda e incêndios criminosos de sedes comunistas, socialistas, sindicais e da imprensa operária. Confrontando a aparência de que a violência fascista fugia ao controle do Estado liberal italiano, Gramsci sustentava que ela era estimulada pela sua omissão e cumplicidade, algo que se comprovava pelo desinteresse do Poder Judiciário em punir os crimes do fascismo.

Apresentado como força “anti-regime” e “anti-sistema”, o fascismo tentava se mostrar como negação do Estado vigente, uma aparência imprescindível para que pudesse

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

captar a revolta social e então imprimir a ela um sentido reacionário. Gramsci reconhecia a necessidade desta aparência, mas apressava-se em denunciar que o processo real era muito distinto, sendo necessário “compreender que o proletariado hoje não tem contra si apenas uma associação privada, mas todo o aparelho estatal” (Gramsci, 2004b: 75), tendo em vista que “o fascismo está organicamente ligado à atual crise do regime capitalista e só desaparecerá com a supressão deste regime” (*Idem*: 74). Confiar na tradição democrática do Estado – nunca consolidada no caso italiano – seria uma perigosa ingenuidade. Para Gramsci, a violência ilegal promovida pelo fascismo era complementar e funcional à repressão legalmente produzida pelo Estado, podendo-se mesmo prever uma crescente articulação entre ambas até que finalmente se unificassem: “Existem hoje na Itália dois aparelhos punitivos e repressivos: o fascismo e o Estado burguês. Um simples cálculo de custo e benefício leva a prever que a classe dominante, em certo momento, buscará amalgamar também oficialmente estes dois aparelhos; para isto, tentará quebrar as resistências opostas pela tradição do funcionamento estatal através de um Golpe de força contra os organismos centrais do governo” (*Idem*: 78).

Para uma efetiva compreensão do avanço da violência fascista, seria imprescindível considerar a cumplicidade ativa do Estado, especialmente da parte ligada às funções repressivas e à Justiça:

«Os fascistas só puderam realizar suas atividades porque dezenas de milhares de funcionários do Estado, em particular dos organismos de segurança pública (delegados de polícia, guardas-régias, carabineiros) e da Magistratura, tornaram-se seus cúmplices morais e materiais. Estes funcionários sabem que a manutenção de sua impunidade e o êxito de suas carreiras estão estreitamente ligadas aos destinos da organização fascista, e, por isso, têm todo interesse em apoiar o fascismo em qualquer tentativa que este faça no sentido de consolidar sua posição política» (*Idem*: 66).

A impunidade que os fascistas mantinham enquanto promoviam incêndios, assassinatos e espancamentos à luz do dia era produto da cumplicidade estatal, muitas vezes sendo estes atos promovidos com a participação direta de funcionários estatais integrados às fileiras do fascismo. Gramsci indicava que esta cumplicidade agravava a crise do Estado liberal e favorecia a imposição do fascismo, seus métodos e sua política, em um processo de gradativa transferência das funções repressivas do aparato estatal para o aparato privado do fascismo:

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

«Se o governo deixa que a Constituição seja impunemente violada; se permite a formação no país de bandos armados, (...), isto significa apenas uma coisa: que o governo, responsável pelo soberano, violou o juramento de fidelidade à Constituição. Significa apenas que está sendo preparado, por parte dos organismos estatais que se agrupam no poder executivo, um golpe de Estado. Significa apenas que já vivemos na Itália o ambiente do qual decorre necessariamente o golpe de Estado» (*Idem*: 100).

Mais ainda, Gramsci apontava a cumplicidade dos governantes, inclusive aqueles que tinham certa confiança de parte da esquerda, como é o caso de Ivanoe Bonomi¹⁰: “O novo presidente do conselho, Bonomi, é o verdadeiro organizador do fascismo italiano. (...) Ele é proveniente do socialismo. A burguesia confia nestes homens precisamente porque militaram e atuaram no movimento operário; conhecem as suas debilidades e sabem corromper aos homens (Gramsci, 1979: 81-2). Em sua avaliação, isto propiciaria inclusive um processo de unificação entre o fascismo e parte da velha classe dirigente: “Para atingir plenamente o objetivo, é preciso atravessar um período de ajustamento. Um deles foi atravessado pela crise de violência do fascismo. (...) Uma outra fase do período de ajustamento é representada pelas crises parlamentares. É no Parlamento que se deve efetuar a ligação entre os elementos dirigentes das velhas e novas camorras” (Gramsci, 2004: 113).

Reafirmando que “a magistratura italiana não age contra os fascistas” (Gramsci, 2004b: 105), considerava imprescindível denunciar o caráter classista da Justiça italiana, e por isto apoiou ativamente a greve desenvolvida em Turim no final de 1921 contra a condenação de operários acusados injustamente por um assassinato, propondo que fosse o “primeiro episódio de uma luta sem tréguas contra a organização da justiça burguesa” (*Idem*: 102), Gramsci saudava a greve por permitir explicitar e propagar às massas que, ao contrário do que proclamavam os reformistas italianos, não podiam contar com a Justiça: “ela significa que a classe operária libertou-se finalmente desta forma de opressão espiritual, que a classe operária começa a ver nos tribunais nada mais do que uma arma da ditadura burguesa que é preciso quebrar e destruir” (*Idem*: 104-105).

A consequência inevitável de sua análise era que seria impossível esperar qualquer apoio dos liberais ou ação das instituições do Estado liberal para a contenção do fascismo. Assim, a única alternativa que restava era a organização autônoma dos trabalhadores.

¹⁰Oriundo do PSI, Bonomi foi Ministro da Guerra de Giolitti entre junho de 1920 e abril de 1921, e Primeiro Ministro entre julho de 1921 e fevereiro de 1922, cargo que voltaria a ocupar entre junho de 1944 e junho de 1945.

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

Mariátegui propunha superar a aparência de oposição entre o fascismo e o Estado liberal italiano, estabelecendo uma relação mais complexa:

«O Estado, é claro, não pode ser rigorosamente imparcial. (...) Não pode deixar de ver no movimento “fascista” um movimento das classes que querem conservá-lo contra as classes que querem destruí-lo e substituí-lo. O “fascismo” é a ação ilegal das classes conservadoras, temerosas da insuficiência da ação legal do Estado, em defesa da subsistência deste. É a ação ilegal burguesa contra a possível ação ilegal socialista: a revolução» (Mariátegui, 2010: 149).

Mariátegui produziu uma análise bastante semelhante neste ponto, apontando, em texto publicado no Peru em abril de 1924, tanto as omissões dos pretensos liberais como as responsabilidades do Estado liberal. Em sua análise, “o liberalismo e a democracia renegaram, ante o fascismo, sua teoria e sua práxis. Sua capitulação foi plena. Sua apostasia foi total. O liberalismo e a democracia permitiram ser expulsos, dominados e absorvidos pelo fascismo” (*Idem*: 197). Desta forma, a vitória do fascismo seria “resultado da decomposição e da capitulação do liberalismo” (*Idem*: 199). Escrevendo já sob o governo de Mussolini, Mariátegui percebia, ao mesmo tempo, que a incorporação de pretensos liberais, democratas e católicos nos quadros do fascismo estaria produzido efeitos sobre ele, fazendo com que se dissipasse sua suposta “pureza”:

«Cento e vinte dos quatrocentos deputados da maioria fascista não estão afiliados ao fascismo. A todos esses deputados, o fascismo impôs suas teses reacionárias; mas não pode incorporá-los em seu cortejo sem adquirir e sem contagiar-se de alguns de seus hábitos mentais. A assimilação da burocracia liberal e democrática modificará a estrutura e atitude do fascismo» (*Idem*: 200).

Assim como Gramsci, também Mariátegui compreendia que a consolidação do regime fascista passava por um processo de adequação, superando-se sua fase “pura” e passando a incorporar parte expressiva da “velha política” em uma combinação complexa. Mais tarde, em janeiro de 1925, quando muitos liberais se escandalizavam com os crimes do fascismo, na sequência do “caso Matteotti”, Mariátegui lembrava suas omissões durante o processo de ascensão do fascismo: “O liberalismo não quis, entretanto, assumir a defesa da legalidade. Aceitou e sancionou o golpe de Estado mussoliniano. (...). Poucos liberais se mantiveram fiéis ao programa liberal” (Mariátegui, 2010: 217), e apontava suas responsabilidades e suas contradições:

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

«O fascismo da marcha sobre Roma não era diferente do fascismo do processo Matteotti. Não obstante, o liberalismo, que quase não sentiu qualquer necessidade de combater o primeiro, sente uma urgência fortíssima de combater o segundo. A maioria dos liberais e dos democratas não reage contra o fascismo; reage, sim, contra seu fracasso. É impossível ver em sua atual oposição ao fascismo um verdadeiro renascimento da ideia liberal e democrática» (Mariátegui, 2010: 220-1).

Esta crítica, presente em Gramsci e em Mariátegui, confrontava ilusões e expectativas muito presentes, bem como as estratégias traçadas pelos grupos majoritários da esquerda para enfrentamento ao fascismo. Superar tais ilusões e compreender os limites do liberalismo era visto por ambos como uma necessidade para que se pudesse resistir de forma mais efetiva.

A burguesia e o fascismo

O processo de constituição do movimento fascista é distinto de todos os movimentos de direita que lhe antecedem, em especial porque ele não é criado diretamente pelas classes dominantes, mas surge inicialmente como expressão política da pequena burguesia. Esta compreensão está bastante presente na reflexão de Gramsci, mas não lhe impede de compreender que no decorrer de seu desenvolvimento, o fascismo se articula aos interesses da grande burguesia e é por ela aceito e apoiado. Nos estágios iniciais de seu desenvolvimento, o movimento fascista confronta o regime liberal em um momento em que este ainda era a forma vigente da dominação burguesa, o que para muitos colocou a ilusão de que a burguesia lideraria o enfrentamento ao fascismo – o que se revelaria um grave equívoco.

O ponto de partida da reflexão gramsciana é o reconhecimento da fragilidade da democracia italiana e seu entendimento de que esta fragilidade se explica pelas limitações de uma burguesia reacionária, que jamais trabalhou a favor do – ou permitiu o – pleno desenvolvimento de uma democracia liberal, optando pela implementação de um regime autocrático, sendo observável “a ausência nos burgueses de todo espírito de civismo e lealdade em face das instituições” (Gramsci, 2004b: 29). Em consequência disto, frente ao desafio representado pela organização dos trabalhadores, não se poderia esperar qualquer compromisso democrático da burguesia: “A realidade mostrou, de modo mais evidente possível, que a legalidade é uma só, e existe somente enquanto se concilia com

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

os interesses da classe dominante” (*Idem*: 84). A defesa do liberalismo pela burguesia só teria se mantido enquanto o regime liberal garantiu a estabilidade da ordem social:

«No dia em que o sufrágio e o direito de organização se tornaram meios de uma ofensiva contra a classe patronal, esta última renunciou a qualquer legalidade formal e passou a obedecer apenas a sua verdadeira lei, ou seja, à lei do seu interesse e da sua conservação. Uma a uma, as prefeituras foram sendo arrancadas pela violência das mãos da classe operária; as organizações foram dissolvidas com o uso da força armada; a classe operária e camponesa foi expulsa das posições conquistadas, a partir das quais ameaçava para além da conta a existência da propriedade privada. Surgiu assim o fascismo, que se afirmou e impôs fazendo da ilegalidade a única coisa legal. Nenhuma organização, salvo a fascista; nenhum direito de voto, a não ser quando dado aos representantes dos latifundiários e dos industriais. É esta a legalidade que a burguesia reconhece quando é obrigada a repudiar a legalidade formal» (*Idem*: 84-5).

Gramsci escreveu isto mais de um ano antes da chegada de Mussolini ao governo, entendendo já então que “existe um momento na história em que a burguesia é obrigada a repudiar o que ela mesma criou” (*Idem*: 85). Concluía que então acreditar na subsistência de uma burguesia consistentemente liberal seria então um grave equívoco: “Chamar de liberais aos burgueses de hoje em dia, que perderam a consciência do valor moral da liberdade, é algo muito pior que apenas estranho, é absoluta falta de compreensão política ver como liberais aos partidos burgueses atuais, ou, ainda pior, ao bloco no qual estes desapareceram” (Gramsci, 1979: 77).

Gramsci observava que Mussolini parecia incômodo e desagradável à grande burguesia italiana, sendo inclusive visto como uma espécie de “novo monstro”, mas que isto já não impedia sua total cumplicidade:

«Os burgueses hoje, meio amedrontados e meio estupefatos, encaram esse homem [Mussolini] que se colocou a seu serviço como uma espécie de novo monstro, como alguém que revoluciona as situações reais e cria história. Nada mais falso. A incapacidade de articular entre si os elos de uma construção histórica é tão grande neste epiléptico quanto é no subversivismo malthusiano dos D’Aragona e dos Serrati. São todos uma só família. Representam, tanto um como os outros, a mesma impotência. (...). A luta contra as reivindicações e a resistência contra a desforra operária partem de bases bem mais concretas; mas é certamente significativo, para a seriedade da vida política italiana, que - no topo da construção que se conserva de pé graças a um poderoso sistema de forças reais - encontre-se este homem que se deleita proclamando sua própria força e se masturbando com as palavras» (Gramsci, 2004b: 69-70).

Assim, meses antes da chegada de Mussolini ao poder, Gramsci já via no fascismo a expressão orgânica da burguesia, compreendendo que o processo de ajustamento entre

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

o movimento e a classe dominante tinha se concluído: “o fascismo é um movimento social, é a expressão orgânica da classe proprietária em luta contra as exigências vitais da classe trabalhadora, da classe proprietária que quer, com a fome e a morte dos trabalhadores, reconstruir o sistema econômico arruinado pela guerra imperialista” (Gramsci, 1979: 84). Percepção que se evidenciaria correta com o apoio amplamente majoritário da classe dominante italiana à ascensão de Mussolini ao governo e posterior imposição da ditadura fascista.

A análise de Mariátegui é, uma vez mais, bastante semelhante, identificando o apoio da burguesia à ascensão do fascismo e o sentido histórico deste na consolidação da derrota do movimento dos trabalhadores e reestruturação do capitalismo italiano em crise. Ainda que inicialmente oriundo da pequena burguesia, o fascismo teria sido apoiado desde o início pela burguesia: “Assustada pelas chances da revolução, a burguesia armou, abasteceu e estimulou solicitamente o fascismo e o empurrou à perseguição truculenta do socialismo, à destruição dos sindicatos e cooperativas revolucionárias, à quebra das greves e insurreições. O fascismo se converteu, assim, numa milícia numerosa e aguerrida e acabou por ser mais forte que o próprio Estado (Mariátegui, 2010: 289). Ainda que de início seu papel fosse essencialmente de tropa de choque contra os trabalhadores e suas organizações políticas, o movimento fascista se fortaleceu com o apoio burguês, de tal forma que logo adiante pôde se impor como nova forma de poder, e isto seria impensável sem o apoio burguês, dado que: “a burguesia pôs à disposição do fascismo seus jornais, seus políticos, seu dinheiro, todos ou quase todos seus instrumentos de domínio da opinião pública” (Mariátegui, 2010: 217).

A liderança de Mussolini era compreendida como expressão de um processo mais amplo em construção. Ele seria o *condottiere* do fascismo, “mas não foi seu criador, não foi seu artífice. Extraiu de um estado de ânimo um movimento político, mas não modelou esse movimento à sua imagem e semelhança, nem deu um espírito nem um programa ao fascismo. Ao contrário, foi o fascismo que deu seu espírito a Mussolini” (Mariátegui, 2010: 289-290). E isto só foi possível pelo papel que historicamente o fascismo cumpriu, primeiro na repressão generalizada aos trabalhadores e suas organizações e logo depois na reorganização do Estado italiano, institucionalizando as formas de violência privada que haviam se disseminado através das tropas de choque do fascismo.

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

Considerações Finais

São inúmeros os pontos de aproximação na interpretação de Gramsci e Mariátegui. Como explicar esta convergência? Ela é decorrente, sobretudo, da adoção por ambos de uma perspectiva marxista e uma metodologia de análise semelhantes. Ambos autores tiveram sua produção marcada por uma apropriação do instrumental marxista oposta a qualquer mecanicismo e voltada à análise concreta de situações concretas, o que se verificou em suas análises sobre a derrota dos trabalhadores e a ascensão do fascismo. Ainda que em muitos aspectos Gramsci tenha produzido uma interpretação mais aprofundada, e que tenha identificado mais cedo a natureza do fascismo, a análise de ambos é compatível e complementar. O impacto das ocupações de fábrica, o acompanhamento da reação fascista e o esforço em compreender a natureza do novo fenômeno que se constituía é marcante na reflexão de ambos, ainda que cada um se vinculasse a este contexto de um ponto de observação distinto – Gramsci como dirigente do PCI e Mariátegui como exilado e observador interessado. Outro elemento de evidente aproximação é a história pessoal trágica de ambos que se seguiria aos eventos de 1920-1922: enquanto Gramsci seria encarcerado pelo fascismo em 1926 e libertado em 1937 às vésperas de sua morte aos 46 anos de idade, Mariátegui enfrentou sérios problemas de saúde após seu retorno ao Peru, tendo uma perna amputada em 1924 e falecendo muito precocemente em 1930, aos 35 anos. Em comum, o afastamento forçado de ambos das lutas da classe trabalhadora em seus últimos anos de vida, decorrência respectivamente da prisão e da limitação física.

O conjunto de temas discutidos aqui abarca elementos centrais da análise de ambos, embora sem esgotá-la, dado que desenvolviam outras temáticas complementares, como parte da tentativa de compreender o fascismo e os desafios que colocava. Entre elas, podemos citar o papel dos intelectuais e sua atividade orgânica, a importância da ação jornalística e o papel dos veículos de imprensa, e a análise da correlação de forças, pensando a relação entre as organizações políticas e os grupos sociais. São temáticas que seriam desenvolvidas por Gramsci no cárcere e permeariam seu conceito de Hegemonia, e que igualmente marcariam a *interpretação da realidade peruana* de Mariátegui.

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

Bibliografia:

- ALCIBÍADES, Mirla (2007), “Presentación”, in José Carlos Mariátegui, *Literatura y estética*, Caracas, Ayacucho.
- ALIMONDA, Héctor (1986), *José Carlos Mariátegui*, São Paulo, Brasiliense.
- DIAS, Edmundo (2000), *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*, São Paulo, Xamã.
- D’ORSI, Angelo (2018), *Gramsci: uma nuova biografia*, Milano, Feltrinelli.
- ESCORSIM, Leila (2006), *Mariátegui: vida e obra*, São Paulo, Expressão Popular.
- FIORI, Giuseppe (2003), *Vita di Antonio Gramsci*, Firenze, Ilisso.
- GRAMSCI, Antonio (2004a), *Escritos Políticos*. Volume 1, 1910-1920, São Paulo, Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio (2004b), *Escritos Políticos*. Volume 2, 1921-1926, São Paulo, Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio (1979), *Sobre o fascismo*, São Paulo, Civilização Brasileira.
- MARIÁTEGUI, José Carlos (2010), *As origens do fascismo*, São Paulo, Alameda.
- MARIÁTEGUI, José Carlos (1964), *Historia de la crisis mundial: conferencias pronunciadas en 1923*, Lima, Amauta.
- MARIÁTEGUI, José Carlos (1989), *Invitación a la vida heroica. Antología*, Lima, Instituto de Apoyo Agrário. Serie Tiempo de Historia.
- MARIÁTEGUI, José Carlos (2007), *Literatura y estética*, Caracas, Ayacucho.
- PERICÁS, Luis Bernardo, “Prefácio” (2010), in José Carlos Mariátegui, *As origens do fascismo*, São Paulo, Alameda, pp. 7-59.
- THISSEN, Servais (2017), *Mariátegui: la aventura del hombre nuevo*, 2ª edición, Lima, Editorial Horizonte.